



**UNIVERSIDADE
E D U A R D O
M O N D L A N E**

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

CURSO DE LICENCIATURA EM DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

MONOGRAFIA

Impacto da exposição e prática da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança no distrito municipal Ka Mpfumo

Irene Erneu António

Maputo, Dezembro de 2024



**UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE**

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

CURSO DE LICENCIANTURA EM DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

Monografia

Impacto da exposição e prática da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança no distrito municipal Ka Mpumfo

Irene Erneu António

Local de estudo: Distrito Ka Mpumfo

Supervisora: dr^a Natércia Palmira De Deus Malauene

Monografia apresentada ao Departamento de Psicologia, em cumprimento do requisito final para a obtenção do grau de Licenciatura em Desenvolvimento e Educação de Infância.

Maputo, Dezembro de 2024

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE	ii
AGRADECIMENTOS	iii
DEDICATÓRIA	iv
RESUMO.....	v
LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIMBOLOS.....	vi
CAPÍTULO I- INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Formulação do problema	2
1.2 Objectivos da pesquisa.....	3
1.3. Perguntas de pesquisa	4
1.4. Justificativa	4
CAPÍTULO II-REVISÃO DE LITERATURA	5
2.1 Definição de conceitos	5
2.2. Marco legal sobre mendicidade em Moçambique	6
2.3.1 Formas de mendicidade infantil.....	8
2.4. Desenvolvimento Psicossocial.....	9
2.4.1.Teoria de desenvolvimento psicossocial de Erick Erikson	9
Estágios de desenvolvimento psicossocial de Erikson da criança	10
2.4.2. O papel da família no desenvolvimento psicossocial da criança	12
2.5. Impacto da mendicidade no desenvolvimento da criança.....	13
CAPÍTULO-III: METODOLOGIA.....	15
3.1 Descrição do local de estudo.....	15
3.2. Abordagem metodológica.....	15
3.3. População, Amostra e Amostragem.....	16
3.4. Instrumentos e técnicas de recolha e análise de dados.....	17
3.4.1.Técnicas de recolha de dados.....	17
3.4.2. Análise de dados	17
3.5. Questões éticas.....	18
3.6. Limitações do estudo	18
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	19
4.1 Proveniência social das crianças expostas e que praticam a mendicidade infantil	19
4.2. Causas que levam a exposição e prática da mendicidade infantil.....	20

4.3. Impacto da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança	21
4.4. Propostas de acções á UEM, a SGCAS que minimizem os impactos negativos da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança em função da sua proveniência social.....	21
CAPÍTULO V-CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	25
5.1. Conclusão.....	25
5.2. Recomendações.....	26
5.3. Referências bibliográficas.....	27
APÊNDICES.....	30

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Irene Erneu António por minha honra que esta monografia que apresento á Faculdade de Educação da UEM nunca foi apresentada na sua íntegra para obtenção de qualquer grau académico e que a mesma constitui o resultado do meu saber individual, estando indicado no trabalho e nas referências bibliográficas todas as fontes utilizadas.

(Irene Erneu António)

Maputo, Setembro de 2024

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Esta monografia foi julgada suficiente como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Desenvolvimento e Educação de Infância e aprovada na sua forma final pelo curso de Desenvolvimento e Educação de Infância, Departamento de Psicologia, Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

(Director do curso)

(Presidente do Júri)

(Oponente)

(Supervisora)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por ser a minha maior força.

Em segundo, agradeço aos meus pais em especial a minha mãe Verónica que sempre me apoiou, me ajudou, me motivou e nunca me abandonou. Graças a ela nunca perdi a vontade de continuar com os meus estudos. Mamã também te agradeço pelos puxões de orelha pois, não sei o que seria de mim sem ti.

Também agradeço a minha chará, mana Irene ou mana Manena que é assim como te chamamos, a irmã que a vida me deu e ao meu noivo Eduardo Dimande. Obrigada por me ouvirem sempre, por participarem dessa jornada de forma incansável, por estarem ao meu lado e por enfrentarem tudo comigo, sou muito grata pelo apoio.

Aos meus irmãos agradeço por ajudarem-me sempre que pudessem, as minhas criaturas de experimentação. Também agradeço a minha supervisora dr^a Natércia Palmira De Deus Malauene, pela paciência, dedicação e compreensão na elaboração deste trabalho.

As minhas colegas da faculdade agradeço-as pelo apoio incondicional em especial as minhas meninas Alima Ibraimo, Gilda Muiambo, Djeci Sambane, Olinda Banze, Paula Macarringue e Chelsea Mandlate. Agradeço porque aprendi com elas todos os dias durante a jornada académica, pois elas sempre estiveram ao meu lado me dando total apoio e incentivo.

A Associação Hlayisseka em especial o tio Afonso agradeço pelo apoio, por me ajudarem imensamente, permitindo com que eu participasse nas rondas matinais preparada para lidar com os meninos que vivem na rua, dando dicas, sugestões de como chegar a eles, como me dirigir sem os ofender.

Por fim agradeço a todos que directa ou indirectamente me apoiaram nesta jornada académica de forma incansável.

A todos o meu muito e sincero obrigado!

Khanimambo!

DEDICATÓRIA

Este trabalho dedico a minha mãe, aos meus irmãos e a todos que directa ou indirectamente apoiaram-me na minha jornada académica.

RESUMO

O presente trabalho tem como foco de análise o impacto da exposição e prática da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança no distrito Ka Mpfumo. Tendo como base a teoria psicossocial de Erik Erickson, segundo a qual Erickson propõe um modelo de estágios de desenvolvimento psicossocial ao longo do ciclo da vida, neste modelo a criança passa por cada estágio onde existe um confronto entre dois pólos ou elementos opostos gerando uma crise psicossocial ou uma força básica/qualidade do ego por predominância do polo positivo. Esta situação caracteriza um ajustamento saudável e progresso de vida o contrário será conducente a situação patológica.

A pesquisa tomou em consideração a abordagem qualitativa, o que permitiu uma análise mais profunda do comportamento das crianças e das mães com crianças de colo em situação de mendicidade assim como das suas interpretações. De forma a não limitar-se no estudo tomou-se em consideração a observação simples e a entrevista semi-estruturada o que permitiu vivenciar e experienciar as situações do dia-a-dia das crianças desde a forma como elas se relacionam, os locais onde elas têm se acomodado durante a noite e as suas estratégias de sobrevivência. Para dar mais fundamento a pesquisa recorreu a participação de 5 crianças, 3 mães com crianças de colo e 1 director de um centro de acolhimento.

Palavras-chave: Mendicidade infantil; Desenvolvimento Psicossocial.

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIMBOLOS

EAPN- European Anti-Proverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza)

FACED- Faculdade de Educação

OIT- Organização Internacional do Trabalho

OTSH- Observatório do Tráfico de Seres Humanos

UEM- Universidade Eduardo Mondlane

SGCAS- Serviço de Género Criança e Acção social

Lista de Figuras

Figura 1- Mapa da Av. 25 de Setembro

Figura 2- Aproximação as crianças

Figura 3- Entrevista as crianças ao longo da Avenida 25 de Setembro

Figura 4- Conversa com as mães nas barreiras da Malanga

Lista de Tabelas

Tabela 1- Grelha de Observação

CAPÍTULO I- INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa é realizado no âmbito da conclusão do grau de Licenciatura em de Desenvolvimento e Educação de Infância (DEI) oferecido pela Faculdade de Educação (FACED) no Departamento de psicologia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) que propõe como tema: Impacto da exposição e prática da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança no distrito municipal Ka Mpfumo, com vista a analisar o impacto da exposição e prática da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança no distrito municipal Ka Mpfumo, tendo como ponto focal a avenida 25 de Setembro.

A mendicidade não é um fenómeno novo existe desde tempos remotos, mas não em tão grande percentagem como aquela a que se assiste atualmente. Nota-se nas cidades moçambicanas maior fluxo de mendigos à procura de sustento, com maior probabilidade de todos os riscos de perigo de acidente de viação, desgaste físico e psicológico, desvalorização da dignidade humana, marginalização, perda de autoestima, consumo de drogas, perturbação da economia. Para além do sossego psicológico e moral das pessoas, esta prática influencia negativamente o desenvolvimento psicossocial do ser humano.

Este estudo foi motivado pela vontade de ver todas as crianças a usufruírem dos seus direitos, vontade de ver todas as crianças a viverem uma infância feliz, sem restrições para que desenvolvam autonomia, liberdade e auto estima através de actividades divertidas de acordo com a sua faixa etária. Pois este assunto é de grande preocupação principalmente quando as crianças são forçadas a se envolver no mundo da mendicidade por motivos de força maior como pobreza e maus tratos trazendo uma série de consequências negativas para o desenvolvimento psicossocial dessas crianças, afetando sua saúde mental quanto sua interação social.

A presente Monografia esta organizada em cinco capítulos designadamente: o primeiro capítulo refere-se aos elementos introdutórios sendo a introdução, problematização, objetivos da pesquisa (geral e específicos), perguntas de pesquisa e a justificativa do estudo.

O segundo capítulo da Revisão da literatura apresenta a definição dos conceitos básicos, marcos legais da mendicidade em Moçambique, tipos, formas e factores de mendicidade infantil, perspectivas teóricas do desenvolvimento da personalidade, o papel da família no

desenvolvimento psicossocial da criança e o impacto da mendicidade no desenvolvimento psicossocial da criança.

O terceiro capítulo da Metodologia inclui delimitação geográfica do local do estudo, o tipo de pesquisa, a descrição da população, amostra e amostragem do estudo, instrumentos e técnicas de coleta de dados.

O quarto capítulo faz referência a apresentação e discussão dos dados obtidos.

Por fim o quinto capítulo releva-se a conclusões, recomendações e referências bibliográficas

1.1. Formulação do problema

Na cidade de Maputo, principalmente na zona urbana observa-se adolescentes, adultos, idosos, mulheres com crianças de colo e crianças em idade pré-escolar a praticar a mendicidade. As crianças em idade pré-escolar são deixadas ao sol em espaços inadequados a sua saúde e segurança e sofrem violência física do seu cuidador em plena luz do dia para comover os automobilistas de forma especial e conseguir esmola. Também constata-se que o tipo de mendicidade praticada nas avenidas da cidade de Maputo é designada pela literatura de mendicidade clássica.

Aquela que os indivíduos pedem dinheiro evocando piedade ou referindo uma circunstância específica, como por exemplo necessidade de dinheiro para comprar pão ou medicamento para si ou uma criança órfã ou ainda seu filho.

A destruturação familiar, motivada pelo rompimento dos laços familiares, é uma das consequências da crise sócio-económica, cujas maiores vítimas tendem a ser as crianças, muitas delas forçadas a abandonar as escolas e enviadas para as ruas para ajudar ao sustento da família (Gomes e Pereira, 2007)

Medina 2015, citando Bruno (2011) descreve que um dos exemplos de exposição de crianças a situações de pobreza e exclusão social que se pode enunciar é o daquelas que, acompanhadas por mulheres adultas, sejam ou não as suas mães biológicas, se dedicam à mendicidade pedindo esmola junto a semáforos e pelas ruas, o que comporta dois efeitos: a rentabilidade para os

prevaricadores e um maior risco para a criança, por comprometer seriamente o seu desenvolvimento o desenvolvimento físico, psíquico e emocional da criança.

Vários factores contribuem para a perpetuação dessa problemática, desde a pobreza, a falta de acesso a oportunidades educacionais e o abandono familiar. Ao compreender-se a extensão do impacto da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial, poderemos buscar soluções mais eficazes e assertivas para enfrentar esse problema complexo, através da conscientização e da implementação de políticas públicas adequadas, podendo oferecer apoios e oportunidades às crianças expostas, visando uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

Diante das condições económicas e sociais que as crianças vivem desde cedo na sua família, e outros aspectos arrolados anteriormente a permanência de crianças a praticarem a mendicidade, todavia levanta-se a seguinte pergunta de partida: De que forma a exposição e pratica da mendicidade infantil impacta no desenvolvimento psicossocial da criança do distrito municipal Ka Mpfumo?

1.2 Objectivos da pesquisa

1.2.1. Objectivo geral

Analisar o impacto exposição e prática da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança no distrito municipal Ka Mpfumo

1.2.2. Objectivos específicos

- Identificar a proveniência social da criança exposta e que pratica a mendicidade infantil no distrito municipal Ka Mpfumo;
- Caracterizar as principais causas que levam a criança à exposição e prática da mendicidade infantil no distrito municipal Ka Mpfumo;
- Mostrar a luz da literatura o impacto da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança;
- Propor á UEM e a secretaria de GCAS (Gênero criança e acção social) acções que minimizem os impactos negativos da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança em função da sua proveniência social.

1.3. Perguntas de pesquisa

- Qual é a proveniência social das crianças expostas e que praticam a mendicidade?
- Quais as principais causas que levam a exposição e a prática da mendicidade infantil?
- De acordo com a literatura qual é o impacto da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança;
- Que acções a UEM e a secretaria do GCAS (Gênero criança e acção socia) podem efectuar para minimizar o impacto negativo da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança em função da sua proveniência social?

1.4. Justificativa

O que tornou relevante este estudo na dimensão pessoal foi a percepção de que o ambiente social é um dos factores que impacta positiva ou negativamente no desenvolvimento da criança, das suas relações sociais e na sua forma de ver o mundo, pois este factor dita seu comportamento social futuro. Deste modo percebe-se que o ambiente social é de extrema importância para o desenvolvimento humano pois este que proporciona as condições necessárias para a aquisição de competências e habilidades, garante na criança a sua formação pessoal, qualidade de vida social, moral, psicológica e cultural.

Nesse sentido, na dimensão social o estudo torna-se relevante porque contribuirá para que a sociedade e os cuidadores tenham uma percepção da importância de proporcionar um ambiente social saudável para a criança desde a primeira infância, e como ampliar oportunidades de protecção de suas crianças sem colocar em causa a sua integração física e psicológica.

Por fim, o estudo orientará a academia a consciencializar o poder político para melhorar a sua abordagem de intervenção social das crianças que encontram-se expostas e que praticam a mendicidade, em prol de uma qualidade de vida melhor para todos. Contudo, pretende-se a partir desta pesquisa que a sociedade moçambicana aposte na educação de seus filhos a partir de evidências desta pesquisa sobre o impacto exposição e prática da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial do individuo e das futuras gerações de um país.

CAPÍTULO II-REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Definição de conceitos

Mendicidade Infantil

De acordo com Espinel e Guere (2019) mendicidade infantil é um tipo de mendicidade na qual menores de 18 anos se veem obrigados a mendigar ou pedir dinheiro como caridade e ajuda económica nas cidades, de coração, necessidade ou vontade própria.

Segundo Meneses e Lourenço (2000) mendicidade é o comportamento de alguns seres humanos dotados ou não de capacidade para o trabalho, que consiste na procura habitual de meios de subsistência, ou mesmo de sustentação de um vício através do recurso a peditórios e a outras instituições.

Montalvo, C. et.al. (2017) dizem que mendicidade é o acto de pedir nas ruas alimentos, roupas, médicos e essencialmente dinheiro, o que se chama de esmola.

Portanto, para este estudo a mendicidade infantil refere-se ao ato em que menores de 18 anos apelam aos outros ajuda material por meio de palavras ou gestos com o intuito de receber dinheiro, comida abrigo entre outros.

Desenvolvimento psicossocial

Papalia (2001), diz que Erikson compreende o desenvolvimento psicossocial, como o processo do desenvolvimento do eu ou *do self*, influenciado socialmente e culturalmente. Consiste em oito estádios ao longo do ciclo de vida, cada um dos quais desenvolve-se em torno de uma crise específica ou ponto de viragem em que o individuo é confrontado com desafio de alcançar um equilíbrio saudável entre características alternativas positivas e negativas.

Olhando em torno do estudo considera-se desenvolvimento psicossocial ao processo contínuo de crescimento e mudança que ocorre ao longo da vida de um individuo, em envolve aspectos psicológicos e sociais. Este processo inclui diversos factores como a formação de identidade, a construção de relacionamentos interpessoais, a adaptação a mudanças e desafios, o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

2.2. Marco legal sobre mendicidade em Moçambique

A mendicidade em Moçambique é um problema social significativo, muitas pessoas vivem em péssimas condições, tendo como maioria dos mendigos as crianças. O governo moçambicano tem implementado programas e políticas para combater a pobreza e melhorar as condições de vida da população. No entanto, os resultados têm sido limitado devido á falta de recursos e á persistência da pobreza em muitas regiões do país. A constituição da república não menciona especificamente a mendicidade infantil, no entanto ela estabelece os direitos fundamentais das crianças, como o direito á vida, á saúde, á educação incluindo a liberdade, á igualdade e a dignidade humana.

A constituição estabelece o princípio da solidariedade social e a obrigação do Estado em promover o bem-estar e o desenvolvimento social de todos os cidadãos, visto na lei 7/2008 no art. 47º ponto 1 lei de promoção e protecção dos direitos das crianças em que diz que as crianças têm o direito á protecção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar. Cuidados estes que constituem dever da família, considerando que a família é a primeira linha de defesa para garantir a segurança, o bem estar e o desenvolvimento saudável das crianças.

A lei da família art.5º alínea c) diz que a família tem o dever de garantir o crescimento e o desenvolvimento integral da criança, do adolescente e do jovem, sendo assim os pais e cuidadores têm a responsabilidade de cuidar, educar e proteger seus filhos, a família deve fornecer um ambiente seguro e amoroso para as crianças atendendo as suas necessidades básicas como alimentação, educação, saúde e moradia, os pais devem estar atentos aos sinais de abuso, de exploração ou negligência e tomar medidas para proteger seus filhos, fundamentado pelo art. 291º ponto 1 da mesma lei no que concerne aos direitos dos filhos, em que diz que os filhos menores têm direito a serem protegidos, assistidos educados e acompanhados nos seu desenvolvimento físico e emocional.

A lei da família fornece directrizes básicas e cruciais para que os pais e cuidadores possam transmitir apoio emocional para as crianças, tornar a família estável de forma a fortalecer a resiliência das crianças e protegê-las dos desafios que possam enfrentar.

Apesar dos esforços empreendidos ainda existem desafios significativos no controle da mendicidade infantil em Moçambique. A pobreza, a falta de acesso a serviços básicos, a

violência doméstica contra a criança são alguns dos factores que contribuem para a vulnerabilidade das crianças.

A resolução 46/2017 da política da Acção Social em Moçambique aborda a mendicidade como uma das questões sociais a serem abordadas pelo governo, ela reconhece a existência da mendicidade como um fenómeno social e estabelece directrizes para abordar essa questão, tendo como uma das medidas de prevenção arrolada no ponto 6 prioridades da acção de políticas da acção social em Moçambique com enfoque a desenvolver programas tendentes a combater a condição de vulnerabilidade das crianças afectadas pelas situações descritas no ponto 6.2.1.2. situação actual incluindo apoio e acompanhamento psicossocial.

A resolução 46/2017 da Política da Acção Social determina no ponto 10.1.1. como responsabilidade do governo, garantir a assistência e protecção sociais das pessoas, famílias e grupos sociais mais vulneráveis nos termos do Regulamento do Subsistema de Segurança Social Básica e garantir a coordenação, supervisão e avaliação dos processos de planificação das acções da área de Acção Social, desenvolvidas por outros sectores e actores governamentais, autárquias, empresarias, comunitárias, dentre outros, no âmbito da presente política. Deste modo a resolução destaca a necessidade de uma abordagem multidimensional para lidar com a mendicidade que inclui acções de prevenção, interveção e reintegração social dos mendigos, enfatizando a importância da coordenação entre diferentes sectores governamentais e da sociedade civil para enfrentar esse problema notável.

Portanto, é necessário um trabalho contínuo e coordenado entre o governo, a sociedade civil e outras partes interessadas para garantir que todas as crianças em Moçambique seja protegidas e tenham a oportunidade de crescer e se desenvolver plenamente.

2.3. Tipos, Formas e factores de Mendicidade Infantil

De acordo com Santos (2009), a mendicidade infantil divide-se em duas as actividades associadas á: mendicidade clássica e as actividades auxiliares à mendicidade.

A *mendicidade clássica* é definida como pedir dinheiro evocando piedade ou referindo uma circunstância específica (ex: necessidade de dinheiro para comprar o bilhete do autocarro), sem oferecer nada em troca.

Actividades auxiliares à mendicidade são consideradas como a oferta de produtos ou serviços simbólicos em troca de uma doação monetária. Por seu turno a EAPN (2015), acrescenta que esta oferta de produtos ou de serviços distingue-se de um mercado de economia informal onde tendo como exemplo, os vendedores ambulantes percorrem espaços públicos e espaços de restauração, vendendo produtos ou prestando serviços.

Nestes casos, a venda de produtos e serviços implica a existência de um preço atribuído, mesmo que este possa ser negociado. Nas actividades auxiliares à mendicidade, pelo contrário, permanece um apelo à piedade junto dos transeuntes pelas condições de pobreza ou exclusão social extrema vivenciadas pela pessoa em causa e a oferta de produtos ou de serviços não está associada a um preço (fixo ou negociável), mas sim a uma doação.

2.3.1 Formas de mendicidade infantil

Olhando para as formas de mendicidade infantil, são identificadas três: a directa, a indirecta e os casos em que as crianças são induzidas à situações de mendicidade.

De acordo com Meneses & Lourenço (2000), a forma directa verifica-se quando o próprio necessitado se disponibiliza para a prática da mendicidade. Santos (2014), entende que esta forma é menos usual, pois relaciona-se com a actividade efectuada por crianças da rua, não acompanhadas, que não se encontram enquadradas em nenhum ambiente familiar e que dormem na rua, em pensões, em carros ou casa abandonadas. Nestes casos, a mendicidade é uma das práticas efectuadas para a sua sobrevivência na rua. No contexto da mendicidade indirecta ou forçada, Delap (2009), considera que as crianças podem ser forçadas a mendigar por terceiros (máfias ou redes criminosas, família alargada, amigos da família, entre outros), por sua vez Santos (2014) acrescenta que as crianças encontram-se acompanhadas ou vigiadas por adultos com quem, muitas vezes, parece não existir nenhum vínculo familiar. E por fim existem os casos em que as crianças são induzidas à situações de mendicidade devido à situação de pobreza em que se encontra e por falta de outra alternativa de sobrevivência, por vezes a família inteira dedica-se à mendicidade. Nestes casos, a utilização de crianças para a mendicidade é encarada como estratégia de sobrevivência, sobretudo pelo uso de crianças mais pequenas, que despertam mais facilmente a compaixão das pessoas a quem pedem esmola.

Factores da mendicidade infantil

A mendicância não é um fenômeno novo, existe desde os tempos remotos, mas não em tão grande percentagem como aquela a que se assiste atualmente. Nota-se nas cidades moçambicanas maior fluxo de crianças mendigas com maior probabilidade de todos os riscos de perigo desde acidente de viação, desgaste físico assim como psicológico entre outros. De acordo com a OTSH (2011) a mendicância infantil é influenciada pelos seguintes factores:

- **Factores económicos:** Pobreza, resultante do baixo rendimento familiar, condicionado pela incapacidade de gerar o rendimento necessário para a aquisição de bens e serviços que satisfaçam as necessidades humanas básicas e garantir uma qualidade de vida digna como saúde, alimentação, educação, habitação, entre outros.
- **Factores sociais:** Maus tratos, falta de acesso à educação, destruição familiar, o não acesso aos respectivos pais ou tutores legais, violência doméstica, etc.

2.4. Desenvolvimento Psicossocial

Segundo Papalia, Olds e Feldman (2009) embora haja características comuns a todas as crianças, devido aos aspectos naturais das diferentes fases de desenvolvimento, elas não crescem todas ao mesmo ritmo, não aprendem todas da mesma forma, não se relacionam da mesma maneira, por questões sócio-culturais, de personalidade, de contexto ambiental e familiar. São vários os autores que contribuíram para o desenvolvimento da teoria psicossocial mas em destaque temos Erik Erikson e Sigmund Freud.

A teoria psicossocial compreende que a identidade se desenvolve durante toda a vida, sofrendo mudanças mesmo após a adolescência (Bee, 2003). Esse desenvolvimento se dá em estágios e cada um envolve o que Erikson chamou de crise na personalidade. Essa crise pode ser compreendida, segundo Papalia e Feldman (2013), como um dilema psicossocial que emerge em determinada fase da vida, obedecendo a um cronograma maturacional, que deve ser satisfatoriamente resolvido para o desenvolvimento de um ego saudável.

2.4.1. Teoria de desenvolvimento psicossocial de Erick Erikson

A teoria de Erikson acerca do desenvolvimento psicossocial centra-se na busca pela identidade do ego no desenvolvimento da personalidade, que tem a sua grande crise na adolescência e é descrita por oito (8) estágios. Erikson descreve as crises psicossociais pelas quais o indivíduo

tem que passar. As crises aparecem conforme o meio externo faz novas exigências ao indivíduo e podem ser resolvidas de dois modos: um adaptativo e outro inadaptativo.

Somente quando o indivíduo tiver resolvido o dilema do estágio anterior e sua personalidade tiver-se modificado, ele estará preparado para o próximo estágio de desenvolvimento (Stella, 2009).

Erikson foi um importante psicanalista infantil e teórico da Psicologia. Pesquisou o desenvolvimento humano e a formação da personalidade, fortemente influenciado por conceitos e métodos elaborados por Sigmund Freud. Sua maior contribuição ao campo da Psicologia e áreas afins foi a criação da Teoria do Desenvolvimento Psicossocial que, segundo Carpigiani (2010), forneceu elementos para a compreensão do processo de internalização da cultura no universo inconsciente individual e na formação da personalidade do ser humano.

Erikson organizou um quadro de referência em termos de interação entre elementos sintônicos e distônicos. Um predomínio do elemento sintônico ou harmonioso será favorecedor de mudanças positivas, de progresso e bem estar, enquanto que uma prevalência do elemento distônico ou desarmonioso poderá concorrer para alternativas não saudáveis, impulsoras de regressão. Deste modo os estádios aparecem numa sequência fixa, significando que o cumprimento adequado e favorável da tarefa permite o acesso ao estágio seguinte e resulta da saúde mental. Erikson sublinha a importância da análise da cultura e da sociedade em que os indivíduos vivem (Veiga, 2013). De acordo com Erikson a criança passa por oito estágios psicossociais em que cada estágio requer o equilíbrio entre uma tendência positiva e uma tendência negativa correspondente:

Estágios de desenvolvimento psicossocial de Erikson da criança **Confiança versus Desconfiança (0-12/18 meses)**

Durante o primeiro ano de vida, os bebês ficam divididos entre confiança e não confiança nos pais. Se suas necessidades em geral são entendidas, eles começam a confiar no ambiente e em si próprios. Esse processo leva a confiança na previsibilidade do ambiente e aos otimismo em relação ao futuro. Bebês tornam-se desconfiados, temerosos e demasiadamente preocupadas com sua segurança (Morris & Maisto, 2004).

Autonomia versus dúvida e vergonha (18meses- 3 anos)

Durante os primeiros três anos, a medida em que se desenvolvem fisicamente, as crianças adquirem autonomia e começam a explorar o seu ambiente. Aprendem a andar, agarrar objectos e controlar suas funções excretoras. Se a criança falha sucessivamente em dominar essas habilidades, dúvida de si próprio. Uma reacção a duvida de sua capacidade é a pratica de obedecer de maneira compulsiva a rotinas fixas. No outro extremo, está a rejeição hostil a todos os controles internos e externos. De modo análogo, os pais ou outros adultos depreciam os esforços da criança, ela pode começar a sentir vergonha e adquirir um sentimento persistente de inferioridade (Morris & Maisto, 2004).

Iniciativa versus culpa (3-5/6 anos)

Constitui a crise psicossocial do terceiro estágio do desenvolvimento. A criança manifesta vontade em planear, empreender e realizar acções ou tarefas, porque frui de actividade e do movimento. A consolidação dos ganhos advindos do desenvolvimento motor e a evolução de competências, processos e mecanismos cognitivos, como, a linguagem, o jogo simbólico ou a imitação, contribuem para a possibilidade de a criança tomar iniciativas, experimentar diferentes papéis nas brincadeiras e imitar os adultos, embora também lhes suscitem a culpa por desejar empreender actividades que percebe como proibidas ou desadequadas ou ainda cuja realização lhe traz consequências imprevistas ou negativas (Erikson, 1976- citado por Veiga, 2013).

Engenhosidade versus inferioridade (6-12 anos)

Durante os próximos 6 ou 7 anos, as crianças encontram uma nova série de expectativas em casa e na escola. Elas devem aprender as actividades necessárias -incluindo um cuidado pessoal, o trabalho produtivo e a independência social- para torna-se adultos completos. Se forem tolhidas em seu esforço para tornar-se parte do mundo adulto, podem concluir que são incapazes, medíocres ou inferiores e perder a confiança no seu poder de tornar-se auto suficientes (Morris & Maisto, 2004; Veiga, 2013).

2.4.2. O papel da família no desenvolvimento psicossocial da criança

Segundo Antoni (2005) A família é um conjunto de relações caracterizadas por influência recíproca, direta, intensa e duradoura entre seus membros. Nesse sentido a família é considerada como o principal espaço de socialização do ser humano, onde a criança desenvolve, cresce e passa por um longo processo de apropriação da cultura de um determinado povo de uma dada sociedade.

A família é um conjunto de pessoas que compõem o mesmo núcleo familiar unidos pela convivência e pelo parentesco (Wagner,2011).

Olhando em torno deste conceito considera-se que a família tem um enorme papel no desenvolvimento de uma criança pois ela é a sua primeira base e influência. Ela é responsável por educar e inserir a criança na sociedade, visto que os seus costumes e modo de vida influenciarão a criança. Através da interação com os membros da família a criança adquire habilidades sociais, emocionais e cognitivas que serão importantes para a sua vida futura. A família é responsável por fornecer um ambiente seguro e acolhedor para a criança, onde ela possa se sentir amada e protegida, onde através do amor e do cuidado dos pais, a criança desenvolve uma auto-estima positiva e um senso de identidade saudável.

A família fica responsável por ensinar, impor respeito e por incentivar a criança a fazer coisas corretas se necessário a partir de regras (Ribeiro e Bessia, 2015). É a partir deste ponto de vista que Soares (2010), diz que cada família tem uma forma de lidar com as situações que acontecem na vida da criança, pois alguns pais são autoritários que não sabem se comunicar com os filhos sem ser de forma punitiva e agressiva, sempre exigindo padrões difíceis, demonstram pouco afeto e valorizam a obediência sem explicar o motivo. Tem aqueles que são permissivos, procuram dialogar e são afetuosos, mas não conseguem estabelecer limites chegando às vezes a serem negligentes por tolerar demais. Por outro lado, existem outros que são democráticos que mantêm o equilíbrio nas ações e posturas, estimulam os filhos à crítica e demonstram afeto, são flexíveis, mas estabelecem limites. Sendo assim Percebe-se que cada forma de criação reflete no comportamento, posturas, atitudes e valores dos filhos por isso, a família deve ser consciente das consequências dos seus atos em relação à criança.

Contudo, a família é a base para a formação de qualquer indivíduo, é por meio da família que a criança conhece os diferentes grupos sociais, compreende as dinâmicas de comunicação e interação com a sociedade e desenvolve a sua personalidade. O convívio familiar é responsável por passar os valores que fazem parte dos princípios da sociedade civil e do respeito que regem as relações sociais. Ela é responsável por ensinar valores, normas e regras que ajudam a criança a entender o mundo ao seu redor e a se comportar de maneira adequada em diferentes situações sociais. E olhando como um ponto importante a família é um factor crucial no desenvolvimento psicossocial da criança, em que fornece bases necessárias para se tornar um adulto saudável e bem ajustado.

2.5. Impacto da mendicidade no desenvolvimento da criança

- **A nível económico**

O impacto económico da mendicidade aumenta de certa forma a renda da criança a curto prazo, mas de algum modo a sacrificam a longo prazo, isto porque a mendicidade só serve para satisfazer as necessidades diárias, não abrindo espaço para uma progressão económica bem como para uma melhoria sustentável da qualidade de vida. Contribuindo assim para o ciclo de pobreza, tornando difícil para as crianças romperem esse padrão e alcançarem uma vida melhor.

- **A nível social**

Vigotsky (2012), realça que, o ser humano é uma personalidade social, se faz humano a partir da interação, de suas relações sociais. Ele defende que as funções psicológicas são construídas e (re) constituídas pela estrutura social. Sarmiento, 2005 apud Kroppele, 2012, afirma que as crianças são consideradas actores sociais com direitos plenos, dotados de capacidade de acção e actores culturalmente criativos. uma criança é um ser de múltiplas possibilidades de aprendizagem desde o nascimento, um indivíduo capaz de se apropriar da cultura a partir das relações activas, que estabelece com as pessoas que lhe rodeiam, que são responsáveis pela sua actividade e, conseqüentemente o desenvolvimento da sua personalidade.

Ao tomar a criança como sujeito social, permite-se reconhecer na validade dos conhecimentos que elas possuem, pois assume-se que a mesma, assim como os adultos tem capacidade de fala, escuta, de criar e recriar, sendo pessoas que relacionam-se com o mundo e também fazem parte do mundo. Na criança a longo prazo acaba apresentando maior risco de serem exploradas, abusadas ou envolverem se em atividades ilegais, como trabalho infantil, tráfico de pessoas e

exploração sexual. Portanto, é importante abordar a mendicidade infantil por meio de abordagens integradas que envolvam apoio social, educação, protecção e políticas públicas efetivas, desde garantir o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, criar programas de intervenção que promovam o bem-estar e o desenvolvimento saudável das crianças em situação de mendicidade.

- **A nível do desenvolvimento infantil**

Devido à situação de pobreza em que se encontram várias famílias ou por falta de outra alternativa de sobrevivência, por vezes a família inteira dedica-se à mendicidade. Nestes casos, a utilização de crianças para a mendicidade é encarada como estratégia de sobrevivência, sobretudo pelo uso de crianças mais pequenas, que despertam mais facilmente a compaixão das pessoas a quem pedem esmola (Pio, 2009).

A mendicidade traz consigo prejuízos sérios à criança, sendo na formação da mesma, afectando o seu desenvolvimento natural, a construção da sua personalidade, bem como, a aquisição de habilidades e conhecimentos. A mendicidade compromete o futuro dos menores, à medida que lhes tira o direito de viver a infância como uma etapa da vida voltada á aprendizagem e á formação por meio de actividades divertidas.

A mendicidade também torna a criança vulnerável em diversos aspectos incluindo a saúde, exposição a violência, assédio sexual, esforços físicos intensos, acidentes com máquinas e outros. Fazendo com que as crianças muita das vezes envolvam-se no mundo das drogas e ate roubar para sustentar seus vícios e necessidades básicas como alimentação (Caleira, J. 2004)

3.3. População, Amostra e Amostragem

3.3.1. População

De acordo com Gil (2008), população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características, ou seja é a referência total de habitantes de determinado lugar. E no presente estudo, a população é composta por 11 crianças que praticam a mendicância dos 7 aos 12 anos, 6 mães com crianças de colo que as expõem a mendicância e 2 directores de centros de acolhimento.

3.3.2. Amostra

Sobre amostra Gil (2008), define como sendo o subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população. Para o presente estudo teve-se como amostra 9 indivíduos dos quais fazem parte 3 mães com crianças de colo, 5 crianças que praticam a mendicância dos 7 aos 12 anos nas avenidas e ruas da cidade de Maputo e um director de um centro de acolhimento

3.3.3. Amostragem

A amostragem é do tipo intencional e consiste em seleccionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população (Gil, 2008). Este tipo de amostragem permite ao pesquisador saber a opinião dos grupos de elementos desejados de forma intencional sobre um determinado assunto. E para fazer parte da pesquisa consideramos os critérios de inclusão os seguintes:

- Indivíduos maiores de 18 anos que praticam a mendicância com crianças até 8 anos de idade;
- Crianças de 5 a 8 anos de idade que praticam a mendicância sem a intervenção de um adulto;
- Indivíduo responsável por um centro de acolhimento.

3.4. Instrumentos e técnicas de recolha e análise de dados

3.4.1. Técnicas de recolha de dados

Para o processo de recolha de dados definiu-se observação simples, revisão bibliográfica e a entrevista semi-estruturada.

Segundo Gil (2008) entende-se por observação simples aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os factos que aí ocorrem. E com este instrumento observou-se como os participantes da pesquisa praticavam a mendicidade nas avenidas do distrito municipal Ka Mpfumo de modo a mostrar a luz da literatura o impacto da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança.

De acordo com Gil (2002), a entrevista semi-estruturada permite com que o entrevistador retorne a questão original ao perceber desvios, ao passo que entrevistado tem a liberdade de falar abertamente sobre o assunto elencado. Com a entrevista recolheu-se informação sobre a proveniência das crianças, as causas que levam a exposição e a prática da mendicidade de crianças e, com as mães com crianças de colo através da entrevista pôde-se obter respostas em relação ao perfil familiar destas crianças.

Para o sustento do processo de recolha de dados realizaram-se rondas matinais e nocturnas com a associação hlayisseka, em que disponibilizavam nos equipamentos como colete e um kit de primeiros socorros em caso de encontrar-se alguma criança que não esteja bem de saúde e prestarem-se os primeiros socorros. Os agentes de mobilização sensibilizavam as crianças para que deixassem a vida da rua e optassem em viver na associação hlayisseka.

3.4.2. Análise de dados

Para o processo de análise de dados a pesquisa recorreu a técnica de análise de conteúdo que conforme Bardin (2011) envolve um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Analisar o impacto da mendicidade nas crianças foi o nosso pico científico, porque usámos da nossa teoria de base, principais conceitos e método de análise, para apresentar de forma descritiva e sistemática os dados, e discutí-los, tendo em conta o nosso quadro metodológico. As opiniões das crianças, suas práticas, suas experiências e suas visões serviram de matérias de análises que foram reinterpretadas através da Teoria de Desenvolvimento Psicossocial, esta é a forma usada para trazer a parte qualitativa do conteúdo das conversas tidas com as crianças.

3.5. Questões éticas

No que concerne as questões éticas tomou-se uma credencial para a Associação Lhaysseka com o intuito de sermos permitidos seguir com a pesquisa, explicando o nossos objectivos, o nosso grupo alvo e o impacto académico e social da pesquisa. Materializado o consentimento, dirigimo-nos ao local de estudo, apresentamo-nos as crianças e as mães explicando de onde vínhamos, quem eramos e as razões académicas. Tomamos em consideração o anonimato e o sigilo esclarecendo as crianças e as mães com crianças que os seus nomes não iriam constar no trabalho e como forma de salvaguardar a privacidade e segurança dos nomes optamos por usar códigos como C1, C2, C3, C4, C5 relativamente as crianças, M1, M2, M3 relativamente as mães e D1 para o director.

3.6. Limitações do estudo

Ao longo do presente trabalho nos deparamos com algumas limitações. No que concerne ao início de trabalho de campo, quase sempre eram adiados os dias de ida ao campo, tivemos dificuldades em encontrar na literatura documentos que falam da mendicidade infantil, tivemos dificuldade em encontrar crianças com menos de 6 anos sem acompanhamento da mãe e dificuldade em encontrar um número favorável para a pesquisa, pois muitas crianças negaram participar do estudo.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Proveniência social das crianças expostas e que praticam a mendicidade infantil

4.1.1. Apresentação dos resultados das crianças

Face ao primeiro objectivo específico desta pesquisa sobre a proveniência social das crianças expostas e que praticam a mendicidade infantil, as crianças responderam que são provenientes de Manhica, Micadjuine, Mozal e só uma criança proveniente da Swazilândia. Esta criança alega que foi abandonada pela sua irmã mais velha de 17 anos em um dia de chuva. Questionadas sobre como chegaram ao local do estudo, ou seja, na Av. 25 de Setembro alegam ter vindo através do vulgo meio de transporte “*chapas*”. Outras dizem ter fugido a pé até chegar naquele local. Em relação ao tempo de permanência nas ruas uma criança respondeu estar a mais de 1 ano “*Desde 2021... (C1)*”, outras não fazem ideia, mas acreditam estar a pouco tempo nas ruas “*...não sei, mas não é a muito tempo... (C2)*”.

4.1.2. Apresentação dos resultados das mães com crianças de colo

Questionadas sobre a proveniência social as mães que expõem as crianças alegam ser provenientes dos bairros Luís Cabral, Chamanculo e barreiras da Malanga. Lugar este que esta localizado em uma mata e as suas casas são feitas com materiais precários. Essas mães alegam ter um teto para se refugiar durante as noites e só frequentam as ruas para pedir esmola. No entanto, as mães que expõem as crianças afirmam estar a bastante tempo “*... estou a fazer vida aqui... (M2)*”, algumas mães afirmam estar a praticar a mendicidade a poucos anos sem muita certeza mas com alguma convicção do tempo preciso “*vim a muito tempo, acho que já a cinco anos... (M3)*”.

4.1.3. Apresentação dos resultados do director do centro de acolhimento

Questionado sobre a proveniência social destas crianças expostas e que praticam a mendicidade, respondeu que as crianças são provenientes de vários bairros, mas principalmente dos bairros da Matola, afirmou ainda que já tiveram crianças provenientes de outras províncias como exemplo Nampula. Raramente encontram casos de crianças oriundas dos bairros da cidade de Maputo, “*...as crianças têm várias proveniências, até do norte chegam aqui, desde que encontremos a criança na rua nós trabalhamos com ela... D1*”

4.2. Causas que levam a exposição e prática da mendicidade infantil

4.2.1. Apresentação dos resultados da crianças

Face a este objectivo as crianças apresentaram-nos desavenças familiares, maus tratos, o não acesso aos tutores legais ou respectivos pais, baixo rendimento familiar, doenças congénitas como mostram os depoimentos abaixo:

"...veio um senhor ficar com minha mãe.." (C1),

"...podem se encontrar mas fora de casa..."(C1).

"... é que nosso tio nos batia muito e mamã não fazia nada...(C2)"

"...se eu ficar em casa não vão comer...(C3)"

4.2.2. Apresentação dos resultados das mães com crianças de colo ainda

Em relação a este objectivo as mães afirmam não existir outra opção devido aos custos de vida *"...para pagar despesas de casa porque sou mãe e pai...(M1)"*, acreditam que as crianças são usadas como melhor opção para pedir esmola *"...esta criança me ajuda muito aqui (M2)"*. Elas dizem que é através da mendicidade que conseguem alimentar a si e a sua criança *"...para podermos comer alguma coisa...(M3)"*, outras mães dizem que é pela falta de um companheiro que possa ajudar a suprir as necessidades básicas de casa que optam pela mendicância *"... desde que meu marido morreu eu tive que me virar pior que meu filho é deficiente... (M2)"*.

4.2.3. Apresentação dos resultados do director do centro de acolhimento

Questionado sobre as causas que levam a exposição e pratica da mendicidade infantil este respondeu que as crianças muita das vezes fogem das suas casas a maus tratos, influencia de amigos, e outras saem de casa devido a uma promessa de emprego resultado do alto custo de vida. Afirma ainda que as mães que expõem as crianças a este tipo de atividade sentem se mais à vontade com elas que ate outras arancam para as crianças poderem chorar e assim comover quem passa. *"... Sim, mas não chega a ser 100%, como promessa de emprego, a influência de amigos, violência doméstica, maus tratos, etc...(D1)"*

4.3. Impacto da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança

De acordo com os dados obtidos foi possível perceber que as crianças sentem-se inseguras devido ao ambiente social em que se encontram, algumas crianças apresentam sinais de consumir drogas nocivas para o seu desenvolvimento integral. Notou-se também que o linguajar destas crianças é muito parecido com o dos adultos tanto que elas se vêem como donas de si mesma falando de forma autoritária. Dificilmente estas crianças falavam em português, a língua mais falada por eles é a local *Xangana*. As crianças expostas a mendicidade mostravam cansaço excessivo, falta de vontade em estar naquele ambiente e os bebés choravam muito e apresentavam sinais de fraqueza. E grande número de criança apresentou dificuldades em frequentar uma escola, outras nem se importavam e outras diziam que ainda há esperança para regressar á escola “*Haa já perdi este ano mas próximo ano vou... (C1)*”

4.4. Propostas de acções á UEM, a SGCAS que minimizem os impactos negativos da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança em função da sua proveniência social

Em relação a este objectivo foi se atrás das propostas através da instituição que trabalha directamente com estas crianças expostas e que praticam a mendicidade, para responder a esta questão a instituição acredita ser difícil eliminar por completo os impactos negativos da mendicidade, com isso propõe que UEM e o SGCAS criem parcerias de desenvolvimento de projectos em prol destas crianças, que estas instituições estejam mais próximas dessas crianças no intuito de atender as suas necessidades. Como pesquisadora proponho a UEM que crie projectos de promoção de bolsas de estudo para as crianças em situação de mendicidade poderem frequentar escolas, promover a consciencização sobre a mendicidade entre a comunidade universitária e incentivar a solidariedade e o apoio mútuo, proponho a UEM assim como o SGCAS para que forneçam serviços de aconselhamento e suporte emocional a estas crianças, incentivar a inclusão de crianças através de programas de apoio como oferecer moradia, alimentação e outras necessidades básicas, e sensibilização á sociedade sobre a importância da inclusão social.

4.5. DISCUSSAO DE DADOS

De acordo com os resultados ilustrados, percebe-se que as crianças assim como as mães que expõem os seus filhos são provenientes de bairros periurbanos localizados na cidade de Maputo, somente algumas crianças são provenientes de bairros distantes da cidade. Estes acabam indo à cidade para pedir esmola porque acreditam que é na cidade onde há boa vida. Muitas crianças apresentaram como causas desavenças familiares e maus tratos, alguns respondiam sem hesitar com muita raiva a pergunta sobre o que lhes terá levado a rua o que faz nos crer que nestas famílias faltou diálogo, união e atenção. Tendo em conta este resultado percebe-se que muitas crianças são motivadas a irem as ruas devido aos factores sociais como maus tratos, o não acesso aos respectivos pais ou tutores legais, violências doméstica e desestruturação familiar.

De acordo com Wagner (2011) a família é a base de desenvolvimento da criança sendo ela responsável em fornecer um ambiente seguro e acolhedor para a criança, onde ela possa se sentir amada e protegida, onde através do amor e do cuidado dos pais, a criança desenvolve uma auto-estima positiva e um senso de identidade saudável. Olhando para este ponto percebe-se que é na família onde estas crianças iniciam o seu desenvolvimento a nível social, emocional e até psicológico, como forma de evitar situações de risco como a mendicância, a família deve fornecer ambiente seguro a criança, oferecendo carinho e segurança como forma de desenvolver sua auto-estima e confiança.

Outras crianças alegam ser os chefes de casa e pela grande dificuldade optaram em sair para as ruas a procura de boas condições, olhando assim como ponto focal a pobreza. Em conversa com as mães elas deixam nos entender que quando se tem criança é melhor, porque assim é mais fácil as pessoas sentirem-se comovidas com a situação. OSTH (2011), considera a pobreza como um dos factores económicos que influencia a mendicância condicionado pela incapacidade do indivíduo gerar o rendimento necessário para a aquisição de bens e serviços que satisfaçam as necessidades humanas básicas e garantir uma qualidade de vida digna como saúde, alimentação, educação, habitação, entre outros. Estas crianças e mães revelam ter dificuldades ao acesso a oportunidades educacionais, a serviços relacionados a saúde incluindo nutrição adequada devido ao factor pobreza.

A maioria das crianças alegaram que não frequentavam a escola, por vontade própria e assim como por falta de tempo, as crianças consideram uma perda de tempo ir a escola nesta situação, pois para elas a prioridade é a rua, onde estas conseguem algum valor para o seu auto-sustento. Azevedo (2000), afirma que a escola é uma instituição imprescindível para o desenvolvimento e para o bem estar da criança, é na escola onde as crianças aprendem uma diversidade de conhecimentos e competências que a ajudem a desenvolver habilidades sociais e emocionais através da interação com outras crianças.

Deste modo a mendicidade pode impactar negativamente o desempenho escolar da criança, já que ela pode enfrentar dificuldades para frequentar a escola regularmente e se concentrar nos estudos devido à situação de vulnerabilidade. Principalmente quando há falta de apoio familiar e falta de programas de reintegração dessas crianças no sistema educacional.

Erickson (1976- citado por Veiga, 2013), considera um desenvolvimento psicossocial saudável como aquele em que a pessoa consegue superar com sucesso os desafios e crises ao longo das diferentes fases da vida, desenvolvendo uma identidade forte e um senso de competência. Isso inclui a capacidade de estabelecer relacionamentos saudáveis, lidar com emoções de forma eficaz, e alcançar um senso de propósito e realização pessoal. Um desenvolvimento psicossocial saudável também envolve a capacidade de se adaptar às mudanças e desafios da vida, mantendo uma boa autoestima e autoconfiança.

De acordo com Veiga (2013) na teoria de Erickson no segundo estágio autonomia vs vergonha (1 a 3 anos) nota-se que a medida que a criança começa a explorar e afirmar sua independência, ela precisa de suporte para desenvolver um senso de autonomia. Se ela for reprimida ou criticada, pode desenvolver sentimentos de vergonha e dúvidas sobre suas habilidades.

Com isso, percebe-se que a mendicidade tem um impacto significativo no desenvolvimento psicossocial da criança. A exposição à mendicidade pode levar a sentimentos de vergonha, humilhação e estigmatização na criança, afetando sua autoestima e autoconfiança, principalmente se houver repreensão e crítica como refere o autor Veiga. A mendicidade pode interferir no desenvolvimento social da criança, na medida em que ela possa ser excluída de atividades comuns de sua idade devido à sua situação de vulnerabilidade, dificultando na

formação de amizades e relacionamentos saudáveis, afetando seu desenvolvimento social e emocional. Para além disso a exposição de crianças a mendicância pode levar a criança a situações de perigo, abuso e no princípio de solidariedade social e obrigação do Estado em promover o bem-estar e o desenvolvimento social de todos os cidadãos, visto na lei 7/2008 no art. 47º ponto 1 lei de promoção e proteção dos direitos das crianças diz que as crianças têm o direito á protecção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar. O que condiciona que os cuidadores desempenhem um papel essencial em proporcionar um ambiente positivo e estimulante para o crescimento e a saúde da criança, oferecendo apoio emocional, confortar em momentos de estresse ou medo e ajudar a desenvolver habilidades de resolução de conflitos e regulação emocional.

CAPÍTULO V-CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusão

No âmbito da elaboração do presente trabalho de pesquisa, com o objectivo de analisar o impacto da mendicidade infantil no desenvolvimento psicossocial da criança constatou-se que existem várias crianças e de várias idades expostas e que praticam a mendicidade. Outras acompanhadas por adultos e outras sem acompanhamento de adultos. Notou-se que estas crianças vivem em lugares precários sem muita protecção á chuva assim como outros fenómenos naturais.

Tendo em conta as respostas das crianças que vivem em situação de mendicidade, percebeu-se que a maioria delas saem das suas residências onde viviam com as suas famílias por razões de maus tratos, falta de acesso aos respectivos pais ou tutores legais, outras procuram por oportunidades de emprego, como lavar carros, vender produto alimentares ou seja procuram por melhores condições de vida assim como outras crianças são expostas para ajudar a suprir as despesas de casas. Algumas crianças mesmo conhecendo as dificuldades da rua não mostraram interesse em voltar para as suas famílias, outras por medo e outras por gostarem da vida de se sentirem livres, em contrapartida outras crianças mostraram interesse em voltar para as suas casas ou mesmo em aderir ao centro de acolhimento. Assim como pela grande dificuldade em frequentar uma escola, estas optam em continuar a frequentar a rua.

Constatou-se também que várias mães optam em mendigar com os seus filhos para que assim possam ser ajudadas, tanto que arranham as crianças, por vezes dão algo para a criança comer mas fora da vista dos que passam para dar a entender que a sua criança ainda não tenha se alimentado.

Nota-se um esforço legislativo que se tem verificado a nível mundial e moçambicano na criação de instrumentos de tutela dos direitos das crianças, que culminou no surgimento de um conjunto de instrumentos de direito internacional cuja importância se tem vindo a acentuar ao longo do tempo. Também o ordenamento jurídico moçambicano tem vindo a desenvolver medidas tendentes à protecção das crianças (em geral). Contudo a exposição e prática da mendicidade condiciona a criança a vários de problemas de saúde devido à falta de acesso a cuidados médicos e alimentação adequada, impede a criança de frequentar uma escola regularmente, reduzindo suas oportunidades futuras assim como, a mendicidade pode levar a criança a traumas psicológicos estigmatização, baixa auto estima e falta de segurança emocional.

5.2. Recomendações

Terminado o estudo surgem as seguintes recomendações:

A UEM:

- Oferecer programas de educação e capacitação profissional para que as crianças em situação de mendicidade possam adquirir habilidades que as ajudem futuramente.
- Realizar campanhas de conscientização para sensibilizar a população sobre as causas de mendicidade, promovendo a solidariedade e as relações sociais,
- Oferecer apoio psicológico e social para ajudar as crianças em situação de mendicidade a lidar com traumas, vícios e outras questões que possam contribuir negativamente para a sua situação.

A secretária do género criança e acção social (SGCAS):

- Oferecer assistência social para as pessoas em situação de mendicidade como apoio financeiro e benefícios sociais para garantir uma rede de segurança;
- Implementar políticas de habitação acessível fornecendo abrigos;
- Oferecer serviços de aconselhamento e orientação dando suporte as crianças a tomar decisões sobre suas vidas e caminhos para fora da mendicidade.

Aos Centros de Acolhimento:

- Facilitar o acesso aos serviços sociais como abrigos, assistência médica, alimentação, apoio psicológico, etc;
- Desenvolver programas que promovam a reintegração social das crianças em situação de mendicidade, ajudando-as a se reconectar com a sociedade e a se sentirem parte dela;
- Fornecer acompanhamento e suporte contínuo para as crianças em situação de mendicidade ajudando-as a superar desafios e a manter sua independência e estabilidade

5.3. Referências bibliográficas

- Antoni, C. (2005). Coesão e hierarquia em famílias com histórias de abuso físico- Tese (doutorado em psicologia). Universidade do Rio Grande Sul. Porto Alegre
- Azevedo, F. (2000). Ensinar e aprender a escrever. Através e para além do erro. Porto. Porto Editora.
- Bardin, L. (2011). Análise de Conteúdo. São Paulo. Edições.
- Bee, H. (2003). A criança em desenvolvimento. 3ª ed. Artmed
- Caleira, J. (2004). Trabalho e desemprego: Trajetórias de exclusão e trajetórias de enfrentamento. S/L. Coimbra.
- Carpigiani. (2010). Eik H. Erickson-Teoria do desenvolvimento psicossocial. Newsletter
- Delap, E. (2009). – Forced Child Begging. Toolkit for researchers. Anti-Slavery Internacional. ISBN 978-0-900918-72-8. [consultado a 15 de Maio de 2023]. Disponível na internet: https://www.antislavery.org/includes/documents/cm_dics/2009/b/beggingforchange_toolkit09.pdf
- EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza (2015). Tráfico de Seres Humanos para Exploração da Mendicidade Forçada, Lisboa, eapn, 2015. Disponível em www.eapn.pt/../. Acesso em 13 de Agosto de 2023.
- Espinel, J., e Guere, B. (2019). Caracterización de la mendicidad en las ciudades de Huancayo y concepción. Universidad Nacional del centro de Perú- Facultad de sociologia. Huancayo. Perú.
- Ferreira, B.W., Reis, B. E. (2002). Psicologia e educação: desenvolvimento humano-infância. 3ª ed. Porto Alegre. Edipucrs.
- Ferreira, F. P. M. (2011). Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e seus Macro Determinantes. São Paulo.
- Gil, C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. Editora Atlas.
- Guluve, P. M. (2016). Contribuição das Instituições da Acção Social na Prevenção da Mendicidade Infantil na Cidade de Maputo. Monografia (apresentada ao final do curso de Licenciatura em Educação e Assistência Social) – FACEP – Universidade Pedagógica, Maputo, UP.

- Kroppele, B. E. (2012). Crianças de Rua em Angola: Caracterização das suas Expressões Culturais. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Infância) - Universidade do Minho.
- Luna, S. V. (2001). Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC.
- Marconi, M. A. e Lakatos, E. (2003). Fundamentos de Metodologia científica. 3ª ed. São Paulo. Atlas.
- Medina A. (2015). Pobreza e exclusão social: Teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. Lisboa. Gradiva
- Meneses, I. J. & Lourenço, A. J (2000). Relatório Final Sobre a Mendicidade em Moçambique. MMCAS e INSS.
- Ministério da saúde (2014). O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância na Aprendizagem. Comitê Científico. Núcleo Ciência pela Infância. Brasília.
- Montalvo, C. et al. (2017). El negocio de la mendicidad: Un estudio en la zona norte de distrito de Barranguila. Colombia. Revista Espacios.
- Morris e Maisto. (2004). Introdução a psicologia. 6ªed. Pearson.
- Município de Maputo (2000) - Conselho Municipal. Informação Sobre a Mendicidade no Município de Maputo.
- OTSH (Coord) (2011).Mendicidade Forçada: A face invisível do Tráfico de Seres Humanos para Exploração Laboral. Ed CIG. Disponível em www.otsh.mai.gov.pt/.../brochura. Acesso em 13 de Agosto de 2023.
- Papalia, D. E.; Olds, S. W.; Feldman, R. D. (2009). Desenvolvimento humano. Artmed.
- Papalia, D. E., Martorel, G. (2001). Desenvolvimento humano. 14ª ed. Artmed.
- Pio, B, (2009). Pobreza Infantil. S/L. Rediteia.
- Ribeiro, N.V.; Bédia, J.F. (2015). As contribuições da família para o desenvolvimento da criança na educação infantil. (s/ed). Anais da Jornada de Iniciação Científica - Faculdades Integradas de Aracruz,
- Santos, E. (2014). Tráfico de Seres Humanos e Mendicidade Forçada. The Third sector Against Pushed Begging - Relatório nacional - Portugal. Porto, Editora EAPN Portugal – Rede Europeia Anti pobreza,
- Santos, H. (2009). Problemas emocionais e comportamentais associados ao baixo rendimento familiar. Estudos de psicologia.

- Soares, E. (2010). Investigação da Infância e Crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. Amsterdão.
- Stella Z. (2009). “Interação social” Sociologia: Conceitos e aplicações. São Paulo. Makron Books
- Vygotsky, L.S.(2012). A formação social da mente. São Paulo. Martins Fontes.
- Wagner, A et.al. (2011). Crenças e valores dos adolescentes acerca de família, casamento, separação e projectos de vida: reflexão crítica. s/ed.

5.4. Leis

- Decreto-Lei n° 7/2008, de 9 de Julho. Promoção e proteção dos direitos das crianças, 1ª série- N° 28
- Decreto-Lei n° 22/2019, de 11 de Dezembro. Lei da Família, 1ª série-N° 239
- Resolução- Lei n°46/2017, de 2 de Novembro. Política de Acção social e Estratégia de implementação, 1ª série- N° 171

APÊNDICES

Apêndice A: Guião de entrevista

1. Nome da criança: _____

1.1. Idade: ____ Sexo: ____

1.2. Nascido em: _____

1.3. Bairro onde vivia: ____

2. Há quanto tempo está nas ruas?

R: _____

3. Porque está a mendigar?

R: _____

4. O que te levou as ruas?

R: _____

5. Quais são os seus pontos principais para pedir esmola?

R: _____

6. Os teus pais/cuidadores sabem que estás nas ruas?

R: _____

7. Consegues frequentar uma escola?

R: _____

8. Consegues ter tempo para brincar com os seus amigos?

R: _____

9. Quanto consegues fazer por dia e o que fazes com o valor?

R: _____

10. Para além de pedir esmola existe outra forma de ganhares dinheiro?

R: _____

Apêndice B

1. Nome da mãe: _____

1.1. Idade da mãe: _____ Idade do bebê: _____

1.2. Local de residência: _____

1.3. Nascido em: _____

2. Há quanto tempo pratica a mendicidade?

R: _____

3. Porque pratica a mendicidade?

R: _____

4. Existe algum motivo para não deixar a criança em casa?

R: _____

5. Quais são os lugares que costuma pedir esmola?

R: _____

6. Quantas horas por dia faz estando na rua?

R: _____

7. Quantas vezes por dia a criança come?

R: _____

8. A criança tem tempo para brincar?

R: _____

Apêndice C: Guião de entrevista

1. Nome do entrevistado: _____

Nome do Centro: _____

a) Tipo de Organização

Pública _____

Privada _____

Outro _____ (Ong)

b) Há quanto tempo a instituição funciona?

2. Qual é o âmbito da instituição que dirige?

3. Qual é a idade das crianças que a instituição recebe?

4. Qual é a proveniência das crianças?

5. Existem causas comuns em relação a proveniência da crianças? Se sim, quais?

6. Quanto tempo as crianças ficam na vossa instituição?

7. O que a instituição faz para que a criança não pratique a mendicância e nem adultos exponham as crianças a mendicância?

8. Na sua opinião que acções a SGAS e a UEM podem realizar para que as crianças não pratiquem a mendicância na cidade de Maputo?



Fig 2: Aproximacao as crianças



Fig. 3: Entrevista as crianças ao longo da
Av. 25 de Setembro



Fig. 4: Conversa com as mães nas barreiras da Malanga.

Grelha de observação

Para crianças ou/ e mães com crianças de colo		Respostas de observação		
		S	N	M/M
Formas de pedir esmola	É educado/a (Cumprimenta e agradece)			
	Explica a sua situação/Justifica (por fome, situação financeira, etc.)			
Lugares onde pede esmola	Fica mais em semáforos, praças e parques.			
	Vai nas instituições religiosas			
	Senta mais nos passeios			
Linguagem	Articula correctamente as palavras			
	Compreende mensagens orais			
	Constrói frase completas			
Habitação	Reside em um local seguro			
	Reside em um local com boas condições			
Vestuário	Usa roupa em boas condições (limpa e organizada)			
	Apresenta calçados (iguais e em bom estado)			
Mundo / Meio social	Mostra se a vontade com as outras pessoas			
	Tem amigos			
	Participa em atividades coletivas (ex: brincar)			

Significado das siglas

S= Sim

N= Não

M/M= Mais ou menos